

# O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro

José Jorge de Carvalho\*

**Resumo:** A implementação recente do sistema de cotas para estudantes negros no ensino superior é um fenômeno que rompe radicalmente com a lógica de funcionamento do mundo acadêmico brasileiro desde a sua origem, no início do século passado. Por um lado, as cotas provocam reposicionamento das relações raciais no nosso meio acadêmico, começando pelo universo discente da graduação, porém com potencial para estender-se à pós-graduação, ao corpo docente e aos pesquisadores. Por outro, a polêmica gerada em torno das cotas apresenta questões teóricas e epistemológicas sobre a legitimidade e o estatuto de verdade das interpretações das relações raciais no Brasil, formuladas no âmbito do universo acadêmico desigual, sob o ponto de vista racial. Propõe-se, então, esboçar reflexão sobre as relações raciais no Brasil pós-cotas que tome em consideração a condição racial dos teóricos e as experiências de interação racial que suscitaram as teorias que produziram.

**Palavras-chave:** Universidade; Ações Afirmativas; Racismo; Democracia.

As teorias e as interpretações das relações raciais no Brasil sempre foram racializadas em consequência da distância e do isolamento mútuo que têm caracterizado as relações entre intelectuais e acadêmicos brancos e intelectuais e acadêmicos negros. Conforme mostrarei mais adiante, a pretensão de universalidade presente nas formulações dos cientistas sociais brancos é questionada quando tomamos em conta a situação de segregação racial extrema do nosso meio acadêmico. Muitos discursos, antes lidos como inclusivos, ao falar de todos os brasileiros na primeira pessoa do plural (uma frase típica de cientistas sociais brancos tem sido: “entre nós”, as relações raciais são diferentes de como são nos Estados Unidos ou na África do Sul), não possuem o mesmo grau de legitimidade, neste momento de revisão

---

\* José Jorge de Carvalho – PhD em Antropologia Social pela Universidade de Queen’s, de Belfast; professor do departamento de Antropologia da Universidade de Brasília-UnB; pesquisador do CNPq e coordenador nacional do Pronex “Os movimentos Religiosos no Mundo Contemporâneo”. Foi professor das Universidades de Queen’s, de Belfast, Rice University e Wisconsin-Madison e pesquisador visitante da Universidade da Flórida, em Gainesville. Livros publicados: *El culto shango de Recife* (1987) e *Shango cult of Recife* (1992), ambos em parceria com Rita Segato; *Cantos sagrados do xangô do Recife* (1993); *Mutus liber. o livro mudo da Alquimia* (1995); *O Quilombo do Rio das Rãs* (org. 1996); *Rumi-Poemas Místicos* (1996); *os Melhores poemas de amor da sabedoria religiosa de todos os tempos* (2001). email: jorgedc@terra.com.br

epistemológica radical suscitado pelas propostas de cotas, porque silenciaram a condição de exclusão e de segregação racial que caracterizou a nossa vida universitária até hoje.

Na qualidade de membro da academia branca que nunca aceitou falar da sua brancura, também passei uma década como docente tratando do racismo brasileiro, sem referir-me mais diretamente ao racismo acadêmico. Contudo, meu olhar sobre as relações raciais no Brasil mudou dramaticamente nos últimos sete anos, como conseqüência de um incidente racial ocorrido com um estudante de doutorado de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB) que eu orientava. A crise (pessoal, política e intelectual) gerada por esse caso levou-me a formular uma proposta de cotas para ingresso de negros e índios na UnB, em parceria com Rita Segato.<sup>1</sup> No momento em que o estudante foi reprovado em circunstâncias inaceitáveis, pude dar-me conta de que se tratava do primeiro doutorando negro da história do nosso programa de pós-graduação. Ao deparar com essa desconcertante singularidade, meu próximo passo foi averiguar e constatar que a ausência de estudantes negros é comum a todos os programas de pós-graduação de Antropologia do país e a todos os programas de pós-graduação da UnB. A grande revelação subsequente, porém, surgiu quando fiz a mim mesmo a pergunta que me diz respeito mais diretamente: quantos colegas negros tenho e quantos negros fazem parte do quadro de docentes da UnB?

Após constatar que conviviam, há mais de uma década, com 60 colegas brancos no Instituto de Ciências Sociais da UnB, decidi realizar, em 1999, um censo racial informal, com a ajuda de colegas e estudantes negros. Chegamos à conclusão que ainda me estarrece: a UnB, inaugurada em 1961 com pouco mais de duzentos professores e que, ao longo de 4 décadas, ampliou esse número para 1500, conta com apenas 15 professores negros. Ou seja, após 45 anos de expansão constante do seu quadro docente, a universidade concebida como modelo de inovação e de integração do país consigo mesmo e com o continente latino-americano não absorveu mais que 1% de acadêmicos negros. Esse número tão baixo permite-nos deduzir que mais da metade dos 50 colegiados departamentais da UnB são inteiramente brancos, assim como o são alguns institutos que contam cada um com mais de 100 professores. Dito em termos mais dramáticos, existem áreas da instituição que funcionam sem que tenha havido nenhum questionamento político ou legal, em regime de completo *apartheid*.

---

<sup>1</sup> Este episódio já foi discutido por vários autores. Cf. Alves (2001), Torres (2001), Santos (2003), Pereira (2004), Carvalho (2002 e 2005a) e Segato (2005). Sobre a proposta de cotas da UnB, cf. Carvalho & Segato (2002).

Após o censo racial docente na UnB, passei a solicitar a ajuda dos meus colegas negros para conhecer a porcentagem de docentes negros em outras universidades públicas. Mesmo admitindo margem de erro nas amostragens por eles reunidas (colocamos o percentual de 20% acima do número encontrado), deparamos com situações chocantes, como as da USP, UNICAMP, UFRJ e UFRGS, instituições em que a proporção de professores negros não passa de 0,2%; a da UFSCAR, de 0,5%; e a da UFMG, de 0,7%. Dito de outro modo, em nenhuma universidade considerada referência nacional na pesquisa, esse número parece passar de 1%.<sup>2</sup> A porcentagem da UnB pode ser avaliada como “muito alta”, comparada com as outras universidades que mencionei. Infelizmente, não existe um censo racial nacional da docência nas universidades públicas, e isso é forte indício da resistência da classe acadêmica de enfrentar-se com sua condição racial privilegiada. Contudo, não é difícil fazê-lo, por uma razão muito simples: os poucos docentes negros conhecem muito bem quem são todos os seus (poucos) colegas negros, e, porque têm plena consciência de que fazem parte de uma minoria racial, vários deles realizaram o censo racial informal da classe docente das instituições onde trabalham.

Acredito que essa condição de exclusão racial extrema na docência superior deve ser tomada em conta, para refletirmos sobre os modelos de interpretação das relações raciais no Brasil. Paradoxalmente, foi desse ambiente segregado que saíram todas as teorias que negam a existência de segregação racial no Brasil. Se tratamos de relações raciais, é aceitável que demandemos dos intérpretes não apenas a sua leitura da desigualdade racial existente na sociedade brasileira “lá fora”, mas também que se posicionem acerca da realidade de segregação de que eles mesmos participam. Está claro que não sairemos “naturalmente” desse escândalo de segregação racial. Ampliamos os números de estudantes e de docentes dezenas de vezes nas últimas décadas, e os números relativos à presença negra em nada aumentaram.

Podemos falar, para não esvaziar a palavra *racismo*, de situação de confinamento racial vivida por nós, docentes das universidades públicas brasileiras. Se não somos responsáveis por essa exclusão nem nos sentimos coniventes com a sua reprodução, então admitamos, pelo menos, para iniciar a reflexão crítica, que temos sido forçados a desenvolver nossas atividades sob um regime de confinamento racial que herdamos das gerações passadas de acadêmicos.

---

<sup>2</sup> Trabalho aqui com a tabela que preparei no meu livro (Carvalho 2005b).

Gostaria de ilustrar essa situação de confinamento racial vivida por nós, acadêmicos brasileiros. Se juntarmos todos os professores de algumas das principais universidades de pesquisa do país (por exemplo, a USP, UFRJ, UNICAMP, UnB, UFRGS, UFSCAR e UFMG), teremos um contingente de, aproximadamente, 18.400 acadêmicos, a maioria dos quais têm doutorado.<sup>3</sup> Esse universo está racialmente dividido entre 18.330 brancos e 70 negros; ou seja, entre 99,6% de docentes brancos e 0,4% de docentes negros (não há um único docente indígena). Se escolhermos, aleatoriamente, um professor desse grupo, o perfil que encontraremos será o seguinte: o professor (ou a professora) foi um(a) estudante branco(a) que teve poucos colegas negros no secundário, pouquíssimos na graduação e, praticamente, nenhum no mestrado e no doutorado; como aluno(a), sempre estudou com professores brancos. Desde que ingressou na carreira docente, faz parte de colegiado inteiramente branco, dá aulas para a maioria esmagadora de estudantes brancos na graduação e de 100% de pós-graduandos brancos. Além disso, os assistentes e os colegas do seu grupo de pesquisa são todos brancos. Como consequência desse confinamento, em algumas faculdades mais fechadas e elitizadas, é perfeitamente possível que um docente e pesquisador desenvolva, por décadas, o trabalho acadêmico, sem conviver com um único estudante negro ou com um único docente negro; quando muito, conviverá com alguns servidores negros, com os quais estabelece relações de pouca ou nenhuma identificação.

Um exemplo desse confinamento ocorre com professores que trabalham em faculdades, como o Centro de Ciências da Saúde – CCS, da UFRJ, com cerca de 800 professores, dos quais apenas 3 são negros; a proporção de estudantes de Medicina do CCS não é muito diferente da dos docentes. Isso significa que foi possível criar, no Brasil, por mais de meio século, instituições de ensino autocontidas e segregadas, e que, simultaneamente, não desobedecessem a nenhuma lei nacional que proibisse a segregação racial. Ou seja, a segregação racial no meio universitário jamais foi imposta no Brasil legalmente, mas a prática tem sido a realidade do nosso mundo acadêmico, por meio de mecanismos cujo próprio mundo acadêmico tem feito pouco para analisar e nos quais nem tem mostrado interesse, até recentemente, em desativá-los. Fica-se por compreender qual tem sido a participação do mundo acadêmico na formulação e na implementação dos mecanismos institucionalizados de segregação. Dito em outros termos, esse tipo de

---

<sup>3</sup> Esse número representa a soma de todos os docentes dessas universidades, segundo o levantamento que fiz entre 1999 e 2003, com base em dados oficiais fornecidos pelas reitorias e em dados encontrados nos sites dessas instituições, cujo valor deve ser considerado aproximado (Cf. Carvalho 2005b).

segregação é apenas reproduzido ou é também produzido no nosso meio acadêmico? A julgar pelo caráter generalizado e crônico, provavelmente seja a soma das duas coisas.

A experiência inversa de confinamento dos poucos professores negros deve ser igualmente ressaltada, pois afeta-os de modo mais grave que aos docentes brancos. Por exemplo, uma colega negra da UnB trabalha há décadas, com mais de 100 professores, em um Instituto no qual ela é a única negra. A questão racial deveria entrar nos temas de trabalho, porém sofre a inibição constante da convivência com os colegas, que se mostram incomodados quando a questão racial aparece em alguma discussão sobre os temas de pesquisa de interesse do Instituto. O que nunca discutimos em nossos trabalhos é até que ponto estamos dispostos a interpretar esses “incômodos” dos acadêmicos brancos frente às necessidades de afirmação racial dos colegas negros como manifestações específicas de violência racial. Também nunca questionamos por que as manifestações de incômodo gozam de impunidade no nosso meio.

Um doutorando da Sociologia contou-me o difícil dilema por ele vivido durante a entrevista para ingresso no doutorado. No fim da entrevista, um dos examinadores, ciente de que o candidato queria estudar relações raciais, perguntou-lhe se era militante do movimento negro. Ele percebeu claramente que, se desse uma resposta afirmativa, seria reprovado. Mentiu, então, ao afirmar que havia sido militante no passado, mas que, no momento, havia decidido dedicar-se, “de fato”, à carreira acadêmica. A resposta agradou ao examinador, que, finalmente, concordou em aprová-lo. O estudante terminará seu doutorado e evitará ser examinado por esse professor, conhecido por pregar agressivamente contra as cotas para negros em sala de aula. A lição que aprendeu (e que pratica) é que o mundo acadêmico brasileiro é um campo minado para pesquisadores negros e não se pode ser ingênuo, franco ou aberto acerca da questão racial, nesse meio.

Casos desse tipo multiplicam-se nos depoimentos dos pós-graduandos de Humanidades e Ciências Sociais com quem converso constantemente: sentimento crônico de inadequação, tendência ao disfarce para proteger as convicções, asfixia diante do ambiente inteiramente branco, dificuldade em apresentar, com franqueza, suas posições teóricas sobre as relações raciais no Brasil. Vêm-se forçados a ajustar os temas de pesquisa para não contrariar as posições ideológicas dos orientadores. Comentam 9 entre 10 pós-graduandos das áreas próximas que os professores tendem a censurar os estudos sobre racismo e

discriminação racial, influenciando os orientandos para que “abrandem” a discussão ou que a desloquem a outras correlações definidas como mais “amplas” e menos “radicais”.

Esse ambiente confinado apresenta sintomas que vão desde mecanismos sofisticados de inibição do discurso sobre o conflito racial até manifestações desinibidas dos estereótipos sobre a exclusão negra do espaço acadêmico. Um professor negro contou-me, recentemente, um episódio constrangedor: deu a primeira aula do semestre de uma disciplina do curso de Medicina em uma universidade particular carioca a uma turma de 68 alunos com apenas 2 negros. Quando entrou na sala, dois dias depois, para começar a segunda aula, alguns dos alunos brancos surpreenderam-se e disseram-lhe: “O que você faz aqui?” “Vim dar aula, obviamente”, respondeu. “Ah, mas nós pensamos que aquela aula era um trote!”

Um professor negro em um curso de Medicina só pode ser um trote? Como conseguimos construir, no Brasil, um espaço acadêmico tão poderoso, numeroso e tão excludente? Quais são os mecanismos que acionamos para mantê-lo tão segregado ao longo de quase um século, apesar de tê-lo ampliado constantemente, década após década? Em suma, por que os negros não foram incluídos apesar da expansão vertiginosa experimentada pelas instituições superiores de ensino e pesquisa, nas últimas cinco décadas? Mais grave: por que nós, cientistas sociais brancos, nunca falamos desse ambiente de confinamento racial em que vivemos?

Há poucos meses, um diretor do CNPq contava-me sua recente viagem a Moçambique, realizada com a finalidade de ajudar o governo moçambicano a organizar um Ministério de Ciência e Tecnologia nos moldes do nosso ministério e do CNPq. Dizia ter ficado estarecido quando descobriu que havia apenas 4 doutores negros em todo o país. Indaguei-lhe por que esse número era tão baixo e respondeu-me que os portugueses não permitiam os africanos cursarem as universidades. Esse diretor mencionou, ainda que inadvertidamente, era um tema caríssimo a muitos dos nossos teóricos da diferença racial brasileira frente a países, como Estados Unidos e África do Sul: supostamente, o colonialismo português havia sido mais assimilacionista que o britânico, o belga ou o francês. Perguntei-lhe, então, se ele tinha idéia de quantos pesquisadores negros existem na carreira de produtividade em pesquisa do CNPq. Admitiu que nunca havia pensado no assunto, mas que o número deveria ser baixíssimo também – não mais que 4, possivelmente, em cada uma das grandes áreas do CNPq. Ele acabava de fazer uma viagem de apoio à assimilação de negros no mundo acadêmico moçambicano, enquanto “entre nós” não

conseguimos, sequer, iniciar uma discussão sobre a necessidade imperiosa de abrir a carreira de docência e pesquisa para negros e índios.

O primeiro passo para qualificar a discussão é produzir um censo étnico-racial de todas as nossas instituições superiores de ensino e pesquisa, para produzir, em seguida, diagnóstico e análise minuciosa da história de cada instituição em busca de indícios da existência de mecanismos que podem ter sido (e provavelmente foram) acionados até hoje para impedir aos negros o ingresso na docência e na pesquisa. Enquanto não enfrentarmos nossa ignorância, não poderemos ir além da mera identificação dos sintomas do confinamento racial acadêmico brasileiro. Atualmente, contamos com única reitora negra entre os mais de mil reitores do conjunto de universidades públicas e privadas: a reitora da Universidade Estadual da Bahia, que é também a primeira reitora negra da história do estado. Ou seja, em que pese a população de 80% de negros em Salvador, a UFBA nunca teve um reitor negro. Na verdade, não sabemos muito bem o número de professores negros da UFBA. Será muito mais que o 1% constatado nas outras universidades acima mencionadas? É sabido que a UFMG já teve um reitor negro. Quanto às outras universidades mencionadas, mais de 70 anos de UFRGS, UFPR, USP, URFRJ e de 45 anos de UnB não foram suficientes para que o docente negro chegasse ao posto máximo dessas instituições de ensino superior.

Uma assimilação tão baixa por parte da academia de representantes de um contingente de 45% da população nacional impõe questionamentos graves para o Brasil, o país que abriga a segunda população negra mais numerosa do mundo. Em termos de recusa à assimilação, de confinamento e de segregação racial, nosso mundo acadêmico mais se aproxima à antiga Rodésia e à África do Sul dos anos 50. Afinal, como já o disseram analistas notáveis, como Max Gluckman, o mundo acadêmico tende a ser autocontido também em termos de relações sociais, de modo que o confinamento racial vivenciado extravasa o horário de trabalho na universidade e estende-se às demais esferas da vida.<sup>4</sup> Quantos dos 18.400 docentes e pesquisadores brancos das universidades mencionadas interagem com negros e negras, em relações minimamente igualitárias, fora da academia, já que convivem apenas com brancos em seus locais de trabalho? Praticamente nenhum deles, pois a classe social a que pertencem os acadêmicos vive também segregada em suas

---

<sup>4</sup> Referimo-nos ao que Max Gluckman chamava de relações multiplex, típicas de organizações sociais tribais, mas que sobrevivem em ambientes altamente confinados no interior das sociedades modernas, como o acadêmico, por exemplo, em que “suas relações em um conjunto de papéis influenciam seu desempenho de outros papéis” (Gluckman 1962:43).

residências e em seus locais de sociabilidade, tais como, comércio, *shoppings*, restaurantes, livrarias, cinemas, clubes, todos eles, ambientes segregados. A rede de sociabilidade geral que nos envolve distancia-nos radicalmente da comunidade negra. Não funciona no nosso meio sequer o modelo *freyreano* de suposta facilidade de entrosamento entre brancos e negros na África portuguesa (e que estaria presente também no Brasil, segundo o autor) em contraste com o modelo de segregação *zimbabweana* e sul-africana.

Meditemos sobre a famosa passagem de Roger Bastide que trata da experiência de democracia racial em um bonde noturno do subúrbio do Recife cheio de trabalhadores cansados, onde um negro dormia com sua cabeça apoiada no ombro de um empregado de escritório.<sup>5</sup> O curioso é que Bastide não conseguiu estabelecer conexão entre o que viu naquele bonde carregado de gente humilde e o seu mundo cotidiano na USP, inteiramente segregado e excludente racialmente. Se é segregado hoje, como não seria há 50 anos, quando Bastide decidiu empregar a expressão “democracia racial” para tratar do que vira entre as classes populares do Recife quando visitou Gilberto Freyre. Um relance do que era a realidade racial da USP à época do texto de Bastide pode ser captado por um olhar atento às fotos do livro *História da Universidade de São Paulo*, de Ernesto de Souza Campos, publicado em 1954.

Em uma centena de pessoas registradas em mais de 30 fotografias sobre as diversas áreas de ensino e pesquisa conduzidas na universidade, não encontramos nem um único rosto que pudéssemos identificar como de uma pessoa negra, ou mesmo mulata, nem sequer entre os funcionários. Bastide celebrava a “democracia racial” que encontrara nos bondes de subúrbio do Recife, sem conectá-la com o *apartheid* acadêmico em que vivia no interior da Universidade de São Paulo. Também os textos e as imagens do livro de história da Universidade Federal do Paraná, a mais antiga de todas as nossas universidades públicas, descrevem um mundo inteiramente branco. Mais do que um comentário ao que era o nosso mundo acadêmico antes, chamo a atenção, por meio desses livros, sobre como se encontra hoje: fotos dessas duas universidades no ano 2000 revelariam poucas mudanças na sua composição racial em setenta ou mesmo em noventa anos, apesar de terem mudado em tudo o mais, em termos de crescimento do número de alunos, professores, cursos, laboratórios, instalações.

---

<sup>5</sup> Citado em Guimarães (2002).



Essa repetição, sem alarde nem conflito aberto, da branquitude extrema das nossas universidades aponta para um fenômeno que ousamos chamar de impunidade de segregação: não existe força estatal no Brasil que obrigue as instituições superiores de ensino e pesquisa a implementar ações de inclusão étnica e racial entre alunos, professores e pesquisadores; não existe nenhuma lei estatal que permita punir uma instituição pública por insistir na prática da segregação racial. É preciso ponderar sobre a conexão entre esse mundo segregado e os modelos de interpretação das relações raciais no Brasil produzidos por nós, acadêmicos brancos que participamos desse mundo, até agora, sem gerar nenhum conflito nem com as autoridades estatais permissivas da continuidade da segregação, nem com as comunidades negras e indígenas excluídas do nosso meio.

Apesar das especificidades do modo como é representada, a realidade racial da academia não difere muito da realidade racial vigente em outras áreas da sociedade, mormente no que tange às estratégias utilizadas para a sua reprodução “informal”, que seria uma das características principais do estilo de racismo brasileiro. No caso da academia, os mecanismos comumente ativados que dão continuidade à prática da segregação racial são: a postergação da discussão, o silêncio sobre os conflitos raciais, a censura discursiva quando o tema irrompe e o disfarce para evitar posicionamentos claros. Procura-se, assim, esvaziar ou desarmar os mecanismos de tensão racial do sistema. Para que isso seja possível, é necessário construir alta coesão entre os poderosos e lançar mão, constantemente, de mecanismos repressivos de baixa intensidade e disponíveis para a ação intermitente. Desse modo, evita-se definir o estado de conflito étnico e racial como aberto, e a situação é apresentada sempre como transitória, em processo de resolução. Assim, o Estatuto do Índio pode circular por 20 anos pelo Congresso Nacional, sem jamais ser votado; enquanto isso, o genocídio, a fome, a invasão das terras indígenas continuam a fazer parte da nossa “normalidade” institucional. Igualmente, o Estatuto da Igualdade Racial pode passar uma década pelos mesmos corredores do Congresso, ser retalhado e domesticado de vários modos para que não sirva de instrumento efetivo de reparação contra nossos séculos de racismo e, mesmo assim, não ser votado, apesar das promessas.

Como exemplo de situação do nosso meio acadêmico, também a Reitoria da USP instituiu, em 1996, um grupo de trabalho, para fazer estudo detalhado da situação étnico-racial da universidade e, daí, formular uma proposta de inclusão racial por meio de ações

afirmativas.<sup>6</sup> Segundo me comentaram dois membros desse grupo, nenhuma proposta foi encaminhada à Reitoria até agora, apesar de a Comissão continuar existindo no papel. Não deixa de impressionar que já foram realizados dois censos étnico-raciais coordenados por eminentes cientistas sociais da instituição e que confirmam a baixa presença de negros em todos os cursos (a USP consegue ser mais excludente que a UFPR, que tem a fama de “branca”). Enquanto isso, dez anos já se passaram, e a principal universidade brasileira deixou aumentar o seu passivo de exclusão racial, sem nenhuma consequência negativa para sua imagem ou prestígio.

Uma conexão histórica que gostaria de ressaltar sobre esse passivo de inclusão racial refere-se ao projeto explicitamente racista que ocorreu no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, quando houve a política estatal de destituir as professoras e os professores negros dos cargos de diretores das escolas primárias e técnicas. Conforme o estudo pioneiro de Maria Lúcia Müller, a partir de 1903, começou a diminuir, paulatina e inexoravelmente, a presença de docentes negros no ensino primário e fundamental (MÜLLER,2003:100). Sua conclusão é que, no início da década de trinta, as netas de escravas haviam sido expulsas da profissão de normalistas. A escola pública projetada para formar o espírito da nação havia-se tornado praticamente branca por meio de políticas adotadas pelo Instituto de Educação do Distrito Federal, na era Vargas.

O estudo de Müller foi complementado recentemente por Jerry Dávila. Duas fotos em seu livro mostram o estarrecedor trabalho de “limpeza” racial ocorrido nas escolas públicas do Rio de Janeiro; na primeira delas, em 1911, pelo menos a metade das normalistas eram negras; na segunda, de 1946, todas eram brancas. Dávila analisa minuciosamente a política de eugenia do governo brasileiro nos anos trinta, que interveio no processo de integração dos negros no sistema escolar de modo a branqueá-lo como um caminho à modernidade. Ou seja, quando as universidades cresceram naquela época, já o fizeram sob um clima geral racista que desautorizava a presença negra na educação.

Sintetizando, podemos afirmar com segurança que, quando se constituíram as primeiras turmas de universitários no Brasil, nos anos trinta, a comunidade negra acabava de ser praticamente expulsa dos cargos de docentes das escolas públicas. O pouco capital escolar que os negros haviam acumulado após a abolição da escravidão foi severamente desfeito, de modo que ficaram com chances mínimas de competir pelo seletíssimo número

---

<sup>6</sup> Sobre o Grupo de Trabalho Institucional e seus objetivos, cf. a descrição minuciosa em Munanga (1996).

de vagas abertas nas universidades do Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. É um fato histórico, portanto, que a universidade pública no Brasil foi instalada explicitamente sob o signo da brancura. Enquanto esse pressuposto não for criticado e revisado, continuaremos partícipes desse ato racista inicial.

A semicausalidade ou afinidade eletiva entre a eugenia na escola básica e a acomodação ao ambiente segregado no ensino superior apresenta uma questão de sociologia do conhecimento que não posso resolver com os dados de que disponho atualmente, mas que gostaria de, pelo menos, indicar. Se é certo que o processo de branqueamento consciente analisado por Müller e Dávila começou na primeira década do século (anterior, portanto, à implantação das universidades), foi formulado por políticos que tiveram acesso ao ensino superior brasileiro na virada do século XIX para o século XX. Em outros termos, a cultura geral racista que expulsou as normalistas e os professores negros das escolas públicas do Brasil perpassava o imaginário daqueles que, trinta anos depois, institucionalizaram o nosso ensino superior.

O nosso racismo acadêmico específico e vivo até hoje não foi apenas consequência do racismo gerado na estabilização da escola básica, mas também a produção combinada de um mecanismo geral de exclusão racial planejado e executado com eficácia e aprimorado com o tempo, em relação à eugenia explícita do Instituto de Educação do Rio de Janeiro na década de vinte. Acredito que a reflexão profunda sobre esse momento inicial é absolutamente necessária para entendermos por que somos nós os últimos acadêmicos – provavelmente do mundo inteiro – que resistem a qualquer medida política que force a integração racial de uma vez por todas, nas nossas universidades e instituições de pesquisa. Não há dúvida de que somos uma anacronia no mundo e sequer somos capazes de entender por que demoramos tanto a discutir esse tema.

Estabelecida essa conexão, fica uma área nebulosa de semicausalidade entre a exclusão racial pela política estatal e a indiferença, a convivência ou a anuência dos acadêmicos em face desta exclusão, que continuou após a morte de Vargas. Tudo se passa como se o mundo acadêmico brasileiro tivesse sido consolidado em uma prática escolar abertamente racista, instalada no Brasil nas primeiras décadas do século e tivesse-se acomodado ao racismo, sem jamais ter levantado a voz contra ele. Nem sequer a intensidade e o escopo teórico e etnográfico dos cientistas sociais de renome que desenvolveram suas pesquisas sobre relações raciais nas universidades de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro

desde o início da década de 50 conseguiram produzir o mínimo de reflexividade ou auto-exame: nosso meio continuou imune à presença negra, cativo do confinamento inicial e, aparentemente, sem manifestar incômodo pela branquidão quase absoluta.

Esboçada a realidade de segregação racial fundante, crônica e pactuada do mundo acadêmico brasileiro, a questão central que me interessa explorar é o significado dos discursos sobre as relações raciais produzidos neste universo confinado – nossos cientistas sociais expressaram rejeição frente o racismo que estudaram na nossa “sociedade”, mas não rejeitaram ou questionaram o ambiente racista no qual viveram, pesquisaram e legitimaram como espaço de excelência e mérito. Ou seja, exatamente como sucedeu nos Estados Unidos, foi possível, no Brasil, desenvolver instituições acadêmicas capazes de atender aos altos padrões de excelência científica da modernidade, sem perder o viés de racismo e segregação. A diferença está em que as universidades norte-americanas foram forçadas a integrar-se racialmente por decisão do Estado, a partir da década de 60. Enquanto isso, as universidades brasileiras continuam segregadas até hoje, e a maioria delas resiste à inclusão, sustentando-se na ideologia do mérito, mesmo contando com pesquisadores capazes de fazer crítica às bases econômicas, sociais, políticas e raciais dessa ideologia.

Atualizo o argumento que desenvolvi no meu ensaio *Mestiçagem e segregação*, escrito no ano do centenário da abolição, em que eu perguntava se o racismo da segregação explícita não seria derrotado mais rápido que o nosso, da segregação prática e não discursiva (Carvalho 1988). Com efeito, no início dos anos 90, o mundialmente abominável regime do *apartheid* colapsou, e um processo amplo de integração racial e reconciliação nacional foi posto em marcha. É impressionante que o ocorrido na África do Sul não tenha provocado nenhum movimento de autocritica nos nossos cientistas sociais brancos defensores da diferença racial brasileira. Afinal, o país da mestiçagem continua segregado até hoje, enquanto o país do *apartheid* já avançou nas suas políticas de igualdade racial, inclusive no meio acadêmico.

É claro que esse paradoxo entre modernidade e racismo não está resolvido nos países ditos “centrais”, como observa muito bem, por exemplo, Zygmunt Bauman, em sua obra sobre o Holocausto (Bauman 1998). Um exemplo impressionante dessa resistência do racismo acadêmico a não desaparecer é a história da corporação IBM, contada com dramatismo e minúcia por Edwin Black, no livro *IBM e o Holocausto* (Black 2001). Durante os anos cruciais do genocídio nazista contra os judeus e outros povos, os campos de

concentração eram administrados pelos cartões IBM, precursores do moderno computador. Para tanto, era necessário que funcionários da IBM viajassem todos os meses dos Estados Unidos para Auschwitz e outros campos, com a finalidade de instalar os cartões previamente adaptados às demandas de extermínio. O mais estarrecedor, porém, dessa cultura acadêmica racista é que a IBM continuou operando após o fim do III Reich, sem jamais ter recebido qualquer repúdio ou censura, até hoje, na verdade. Ou seja, pesquisadores das grandes universidades norte-americanas desenvolveram e desenvolvem conhecimentos “científicos” para a IBM, inteiramente indiferentes ao massacre que a companhia ajudou a viabilizar e a acelerar quando ensinou os nazistas a utilizar os cartões. Este caso norte-americano é muito mais condenável que o nosso racismo acadêmico, mas a lógica de funcionamento, de uma ciência confinada, monorracial ou monoétnica, que não se questiona sobre a sua participação ou conivência com a segregação ou o extermínio, é basicamente a mesma. As tradições acadêmicas britânica e francesa apresentam o mesmo duplo vínculo entre a visão liberal do saber e a prática de colaboração ou permissividade com o racismo colonialista na África, na Ásia, no Oriente Médio, no Caribe, na Oceania, etc.

Considero importantíssima a retomada de Maria Lúcia Müller e Jerry Dávila desse período de branqueamento sistemático e consciente porque nos permite rever uma ideologia difundida por muitos de nossos intelectuais, a de que fomos diferentes dos países anglo-saxões. Na verdade, não fomos tão diferentes na primeira metade do século vinte; se somos diferentes e isolados, é por uma razão nada recomendável: negamo-nos a enfrentar a nossa herança racista. A Sociedade Brasileira de Eugenia operava, na mesma época, de modo similar a como operou nos Estados Unidos com as campanhas de eugenia que conduziram à esterilização de quase um milhão de pessoas, tal como foi narrado recentemente, com farta documentação pelo mesmo Edwin Black no seu livro *A guerra contra os fracos* (Black 2003). Essa patologia branqueadora foi desenvolvida na Austrália contra os aborígenes e seus descendentes pelos planos oficiais de confinamento e segregação racial magistralmente narrados no filme *Geração roubada (Rabbit-Proof Fence)*, de 2002, dirigido por Phillip Noyce, baseado na vida real de três jovens mestiças aborígenes que, nos anos 30, fugiram de um campo de concentração para não-brancos no deserto australiano.

Dois pontos interessam-me ressaltar. No primeiro, vale lembrar aos nossos colegas, cientistas sociais brancos contrários às cotas, que o Brasil fez parte do processo de racialização inferiorizante dos negros ou não-brancos durante, pelo menos, meio século. O

resultado dessa política ariana iniciada na década seguinte, após a abolição da escravatura e que durou até os anos 40, foi a expulsão, da escola e da carreira de educador, de milhares de negros. Uma desvantagem escolar, portanto, foi promovida pela nossa elite branca racista na primeira metade do século XX. Em segundo lugar, a ideologia da democracia racial, que celebrou a nossa mestiçagem, não teve como plataforma política restaurar ou promover a igualdade racial no sistema escolar – nem sequer no primário, o que dirá, então, no nível superior. Os ideólogos da democracia racial, em vez de solidarizar-se com os negros que denunciavam o racismo da época, foram hostis à Frente Negra Brasileira.

Foi nesse clima que as universidades se constituíram como espaços institucionais brancos. Expandiram seus contingentes de alunos e professores ao longo do século XX, mas não tomaram nenhuma iniciativa para corrigir a exclusão racial que as caracteriza desde sua fundação. Ou seja, havia a política abertamente racista, ao iniciar a distribuição dos benefícios do ensino superior, todavia não houve nenhum protesto ou ação anti-racista posterior por parte dos acadêmicos brancos contra os privilégios que receberam em razão do racismo estrutural. Pelo contrário, houve grande hostilidade e rejeição à presença de docentes negros em postos importantes. Conforme expliquei em outro trabalho, nem Guerreiro Ramos, nem Édison Carneiro conseguiram entrar na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Clóvis Moura também foi excluído das universidades públicas do estado de São Paulo. Pompílio da Hora, erudito professor do Colégio Pedro II, foi recusado duas vezes, ao tentar ingressar na carreira diplomática, por sua condição racial. Abdias do Nascimento somente foi professor nos Estados Unidos e na Nigéria, como conseqüência do seu exílio durante os anos da ditadura; ao regressar ao Brasil, nunca foi acolhido por nenhuma universidade pública, enquanto a maioria dos acadêmicos brancos exilados conseguiram retomar os seus postos anteriores ou foram reposicionados em outros.<sup>7</sup> O resultado dessa segregação racial que já atravessou quatro gerações de universitários é uma prática, quase nunca submetida à crítica, de os acadêmicos brancos falarem entre brancos, pretendendo falar por todos e para todos.

A falta de reação por parte dos acadêmicos brancos contra o clima segregado das nossas universidades deve ser entendida no contexto da internacionalização das nossas

---

<sup>7</sup> Guerreiro Ramos narrou suas amarguras com a academia no Brasil em entrevista concedida a Lucia Lippi Oliveira (Oliveira 1995). A expectativa e o fracasso de Edison Carneiro são contados em vários números do jornal *Quilombo* (2003). Pompílio da Hora contou os episódios de discriminação racial aberta que sofreu durante sua vida, na entrevista que concedeu a Haroldo Costa (Costa 1982). Abdias do Nascimento narrou as perseguições que sofreu do governo brasileiro em suas obras (Nascimento 2002).

carreiras. A partir dos anos 70, boa parte dos professores passou períodos nos Estados Unidos e na Europa e acompanharam os processos de dessegregação norte-americana, da luta contra o *apartheid* na África do Sul e da descolonização dos países africanos discutida na Europa. Contudo, nossa classe acadêmica regressava ao mesmo mundo racialmente segregado que habitamos, sem esboçar a menor reação. Antropólogos com quem conversei contaram-me de seus interessantes encontros, nos anos 70 e 80, com negros e índios em Harvard, Columbia, Chicago, que ensinavam e estudavam nesses centros de saber, por meio dos programas de ações afirmativas. Interrogados por que não propuseram ações semelhantes no Brasil, deram-me duas respostas: ou que era “muito complicado”, ou que não era aconselhável fazê-lo porque o Brasil “é diferente”.

Isso de que era “muito complicado” queria, na verdade, significar que a ditadura militar não suportava nenhum discurso anti-racista, e qualquer denúncia contra o racismo era entendida como infiltração comunista. Em palestra proferida no segundo semestre de 1995, na Universidade Federal Fluminense em Niterói, Carlos Hasenbalg ofereceu a seguinte resposta a uma pergunta sobre os estudos das relações raciais na nossa academia; “Há vinte anos, eram muito poucas as pessoas trabalhando esse tema. Eu tive medo de publicar o meu livro em 1979. Dez anos antes, Florestan Fernandes tinha sido expulso da USP, aposentado compulsoriamente. Durante esse período, não se falou nada no país sobre relações raciais. Depois que Florestan publicou *A integração do negro na sociedade de classes*, em 1965, e, em 72, *O negro no mundo dos brancos*, a produção na ótica sociológica era ínfima, e as condições políticas não eram propícias. A Antropologia, sim, continuou estudando o candomblé, a umbanda, que não eram coisas tão ‘perigosas’” (Hasenbalg 1998: 36).

Foi intensa a perseguição contra os líderes do Movimento Negro Unificado no final da década de 70. Contudo, muitos cientistas sociais brancos enfrentaram o regime autoritário nos anos oitenta até a anistia e o processo de redemocratização com a Nova República. Em suma, houve luta dos brancos contra o autoritarismo, mas não contra o racismo: segregados do mundo acadêmico, os negros não parecem ter contado com muitos aliados brancos no interior da academia. Penso que essas distâncias devem ser tomadas em conta, para entender por que avançamos tão pouco na inclusão racial nas últimas décadas, em que a segregação racial foi tão questionada nos países supostamente “piores” que o nosso (Estados Unidos e África do Sul).

Esse confinamento é especialmente problemático para as Ciências Sociais, que pretendem explicar o país a todos. A situação mais comum, até agora, nos cursos de Sociologia, Antropologia, Ciência Política, História, é que professores e alunos brancos discutam os modelos de relações raciais formulados por autores brancos, com base no princípio de que isso trate da “sociedade brasileira”. Não tem sido observado que esses discursos representem apenas a “visão branca” da sociedade brasileira, até agora, por quase nenhum de nós. Estamos no limiar de uma crise de representação nas Ciências Sociais, e o esforço que temos feito na Universidade de Brasília, desde 1988, a partir da crise racial mencionada e da luta pela implementação das cotas para negros e índios é discutir essa crise como consequência do confinamento racial em que vivemos.

Posso ilustrar essa crise de representação com o censo racial informal que realizamos na Reunião Brasileira de Antropologia (ABA) de 2000, em Gramado. De 1.500 participantes, contamos a presença de apenas 15 negros (o mesmo 1% do número de professores negros). Isso significa que o que se tenha discutido sobre relações raciais naquela reunião (e foi muito pouco) foi feito entre brancos. Os antropólogos brancos, porém, ali presentes, não aceitam que tenham feito uma discussão “branca” da sociedade brasileira, mas uma discussão antropológica – os acadêmicos negros, evidentemente, não acreditam na pretensa neutralidade axiológica dessa discussão e interpretam a ausência de negros na ABA como um sintoma da ausência de neutralidade.

Parafrazeando o conceito de *exotopia*, ou extraposição, de Mikhail Bakhtin, sugiro que o teste de verdade do discurso branco somente possa surgir se introduzirmos a *exotopia* racial: o grupo racial enfrentado deve, necessariamente, reagir às formulações do grupo racial hegemônico. Bakhtin inventou o termo *exotopia* para enfatizar a posição de vantagem do intérprete sob a perspectiva dialógica; nos casos em que aplicou o termo, defendeu a lucidez da extraposição na perspectiva do observador, ou do outro, frente ao que enuncia o discurso. Podemos inspirar-nos na sua teoria e sugerir que, para casos como o nosso, de discursos iniludivelmente racializados, um dos *topoi* (lugares) ou posições de atribuição de sentido ao discurso do outro é a posição racial. O contexto que analisamos está racializado pela constituição excludente da instituição acadêmica; onde há exclusão, a extraposição assume um contorno crítico que extravasa a idéia de dialogia academicamente neutra. Podemos quase ler a dimensão racial na frase de Bakhtin, que trata do sujeito corporificado: “Nem sequer no seu aspecto exterior, o homem pode ver e compreender autenticamente, na



sua totalidade, e nenhum espelho nem as fotografias podem ajudá-lo. Sua verdadeira aparência só a pode ver e compreender as outras pessoas, graças à sua localização extraposta no espaço e graças ao fato de serem outros” (Bakhtin 1982: 352).

O ideário das cotas, que começam na graduação, aponta para questionamentos teóricos e metodológicos muito mais densos e amplos que possam parecer à primeira vista. A ideologia da mestiçagem, por exemplo, tão difundida nas Ciências Sociais brasileiras, é uma teoria cara aos acadêmicos brancos. Os acadêmicos negros não se identificam com ela, e a maioria deles vê o discurso da mestiçagem como parte de ideologia racista que visa desautorizar e desarmar a afirmação da negritude. Sem negritude, não há demanda por reparação dos danos causados aos atuais descendentes negros após séculos de escravidão.

O mesmo argumento vale para a idéia de democracia racial. Vários acadêmicos brancos admitem que a democracia racial não existe, mas defendem a importância de salvar o mito. Até onde sei, não há um só acadêmico negro que queira salvar o mito da democracia racial. A consequência dessa situação é óbvia: democracia racial passa a ser, atualmente, um discurso racializado, criado e mantido pela elite branca brasileira - não é um mito nacional, portanto, e sim um mito do grupo racial dominante, questionado pelo grupo racial subalterno.

Essa crise de representação indica que enfrentaremos configurações que apontam para a incomensurabilidade discursiva. Por exemplo, os acadêmicos brancos não aceitam racializar o campo discursivo, mesmo quando transitam sozinhos por esse espaço segregado. A negação da racialização é inaceitável para os negros que argumentam a segregação vivida pelos brancos ser o resultado visível da sociedade racializada. Os negros vêem-se como negros e vêem os brancos como brancos. Os brancos não se dizem brancos (muito menos se vêem falando como brancos) e evitam classificar os não-brancos de negros – a não ser que os não-brancos sejam índios.

Ninguém poderá pretender falar por “nós”, brasileiros, sobre a situação racial do país, sem colocar-se como parte de um campo marcado racialmente. Antes de pensar, portanto, na polarização de valores e de políticas frente à desigualdade racial, quero enfatizar que a inevitabilidade dos posicionamentos caracteriza a crise de representação provocada pelas cotas. A primeira crise que vivenciamos como intérpretes das relações raciais no Brasil é a da desneutralização racial do campo acadêmico, o qual, antes decretado como desracializado, deverá ser visto como racializado por um bom tempo – quem sabe,

enquanto durar o processo de dessegregação das nossas universidades, iniciado, por enquanto, por meio da política de cotas.

Teremos de aprender a conviver com a marca racial branca, o que não é nada de novo para nossos colegas negros, que sempre conviveram com sua marca racial negra. Os cientistas sociais brasileiros brancos nunca se viram como parte de um campo de confronto racial, embora muitos se viram, com orgulho, como parte de um campo de confronto de classe. Até recentemente, jamais se consideraram passíveis de serem confrontados por um intelectual negro. O único campo em que se admitia o confronto de posições era o definido como desracializado ou neutro, do ponto de vista da identidade racial, que é o campo da teoria. A primeira crise epistemológica provocada pelas cotas é questionar a neutralidade racial do campo teórico. Esse questionamento é conhecido da geração presente de cientistas sociais brasileiros pelos escritos de Stuart Hall, Homi Bhabha, Edward Said – e já apresentado, há meio século, por Guerreiro Ramos, silenciado e esquecido no nosso meio acadêmico, que exerceu a *exotopia* racial no seu ensaio *Patologia social do “branco” brasileiro*, que, ainda hoje, deve ser celebrado como um dos primeiros exercícios de ciência social conscientemente racializada no Brasil (Ramos 1995).

Acredito que a crise de representação que vivenciamos oferece a oportunidade de renovação teórica e formulação de propostas de inclusão étnica e racial. Mas, isso só será possível se admitirmos que a academia contribuiu, no Brasil, para a produção e a reprodução do nosso quadro de desigualdade étnica e racial, o qual não melhorou apesar dos investimentos maciços do Estado no ensino superior, ao longo de toda a segunda metade do século passado. Dito de outro modo, a nossa categoria de cientistas sociais que discutimos relações raciais está imersa no problema da desigualdade racial. Nossas universidades e nossa classe docente têm sido parte do problema racial brasileiro. Somente a partir do momento em que nos considerarmos parte do problema, poderemos passar a fazer parte da sua solução.

## **Referências**

- ALVES, Arivaldo Lima. A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual?, *Afro-Ásia*, No. 25-26, 281-312, 2001.
- BAKHTIN, Mikhail *Estética de la Creación Verbal*. Madri: Siglo Veintiuno Editores, 1982.
- BAUMAN, Zygmunt *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BLACK, Edwin *IBM e o Holocausto*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A Guerra contra os Fracos*. São Paulo: A Girafa, 2003.
- CAMPOS, Ernesto de Souza (org). *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2004. 2ª edição facsimilar; 1ª edição: 1954.
- CARVALHO, José Jorge. Mestiçagem e Segregação, *Revista Humanidades*, Ano V, No. 17, 35-39, 1988.
- \_\_\_\_\_. Exclusão Racial na Universidade Brasileira: Um Caso de Ação Negativa. Em: Delcele Queiroz (org), *O Negro na Universidade*, 79-99. Salvador: Novos Toques, 2002.
- \_\_\_\_\_. Usos e Abusos da Antropologia em um Contexto de Tensão Racial: O Caso das Cotas para Negros na UnB, *Horizontes Antropológicos*, No. 23, 237-246, 2005<sup>a</sup>. Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. *Inclusão Étnica e Racial no Brasil*. São Paulo: Attar Editorial, 2005b.
- COSTA, Haroldo *Fala, Crioulo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1982.
- DÁVILA, Jerry. Diploma of Whiteness. Race and Social Policy in Brazil, 1917-1945. Durham: Duke University Press, 2003.
- GLUCKMAN, Max Les Rites de Passage. Em: *Essays on the Ritual of Social Relations*. Manchester: Manchester University Press, 1962.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo *Classes, Raça e Democracia*, São Paulo: Editora 34, 2002.
- HASENBALG, Carlos Relações Raciais no Contexto Nacional e Internacional, *Estudos e Pesquisas*, Vol. 4: Racismo, 9-41. Niterói: EDUFF, 1998.
- MAIO, Marcos Chor & Ricardo Ventura Santos Política de Cotas Raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da Antropologia: O Caso do Vestibular da Universidade de Brasília (UnB), *Horizontes Antropológicos*, Ano 11, No. 23, jan/jun, 181-214, 2005.
- MÜLLER, Maria Lúcia. Professoras negras no Rio de Janeiro: história de um branqueamento. Em: Iolanda de Oliveira (org), *Relações Raciais e Educação*, 73-106. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- NASCIMENTO, Abdias *O Brasil na mira do Pan-Africanismo*. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2002.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.
- PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Ruídos na Antropologia: O Caso Ari como Sintoma. Comunicação apresentada no GT Antropologia e o Controle do Imaginário, na XXIV Reunião de Antropologia, em Recife, junho de 2004. 10 págs.
- QUILOMBO *Jornal* dirigido por Abdias do Nascimento. Edição Fac-similar. Rio ed Janeiro: Editora 34, 2003.

- RAMOS, Guerreiro Patologia social do “branco” brasileiro. Em: *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, 215-140. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.
- SANTOS, Sales Augusto. Ação Afirmativa e Mérito Individual. Em: Iolanda Oliveira & Petronilha Gonçalves (orgs), *Identidade Negra. Pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil*, 17-36. Rio de Janeiro: ANPED, 2003.
- SEGATO, Rita Em Memória de Tempos Melhores, *Horizontes Antropológicos*, No. 23, 273-282, 2005.
- SIQUEIRA, Carlos Henrique Romão O Processo de Implementação das Ações Afirmativas na Universidade de Brasília (1999-2004), *O Público e o Privado*, Revista Acadêmica do Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade, Vol. 2, No. 2, UECE, Fortaleza, 2004 (no prelo).
- TORRES, João Batista de Miranda. A Televisão a Cabo no Brasil: Pretexto ou Desafio à Ação e ao Pensamento Crítico da Antropologia. Comunicação apresentada ao Seminário Temático: Antropologia e Comunicação, na XXV Reunião Anual da ANPOCS. Paper incluído no CD-Rom da XXV ANPOCS. Outubro de 2001.